

Abordagens Gramsciana e Foucaultiana relativamente à Paz: a hegemonia por meio da Biopolítica*

Gramscian and Foucaultian approaches to peace: *hegemony through biopolitics*

Fernando José Ludwig¹
Ramon Blanco²

Resumo

Desde o fim da Guerra Fria, a configuração do sistema internacional se desenvolveu de tal forma que permitiu diferentes abordagens relativamente à reflexão acerca da construção da paz. Apesar de muitos esforços para transformar os conflitos violentos e construir uma paz sustentável, a persistência de conflitos violentos pelo mundo indica que esses esforços são, no mínimo, problemáticos. Consequentemente, uma linha crítica de pensamento tornou-se mais saliente dentro dos Estudos para a Paz. Neste contexto, este artigo tem como objetivo problematizar a construção da paz a partir das perspectivas gramsciana e foucauldiana. Portanto, serão explorados pontos que favorecem o alcançar de uma compreensão crítica da paz. Em última análise, o principal objetivo é evidenciar que a construção da paz no sistema internacional tem como objetivo a manutenção da hegemonia do seu centro por meio do poder biopolítico, exercido sobre a periferia.

Palavras-Chave: Nações Unidas. Paz Internacional. Construção da Paz. Hegemonia. Biopolítica

Abstract

Since the end of the Cold war, the international system configuration developed in such way that allowed different approaches concerning the reflection about the construction of peace. Albeit many efforts to transform violent conflicts and construct a sustainable peace, the persistence of violent conflicts throughout the globe indicates that these efforts are, at least, problematic. Consequently, a critical line of thought became more salient across peace studies. In this context, this article aims to problematize the construction of peace from both, a gramscian and foucauldian perspectives. Hence, we will explore points of convergences and divergences in both theories in order to achieve a critical comprehension of peace. Ultimately, the main goal is to evince that the construction of peace within the international system aims the core's maintenance of hegemony through the biopolitical power, exerted over the periphery.

Keywords: United Nations. Peace. Peacebuilding. Hegemony. Biopolitics.

* Recebido em 24/05/2013.

Aprovado em 16/09/2013.

Este artigo foi recebido em inglês e traduzido para o português pela equipe da Revista Universitas: Relações Internacionais, com revisão de tradução dos autores Fernando José Ludwig e Ramon Blanco.

¹ Fernando José Ludwig é Doutorando em Política Internacional e Resolução de Conflitos no Centro de Estudos Sociais / Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Portugal), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), SFRH / BD / 64916 / 2009 e co-financiado pelo Fundo Social Europeu (FSE). Email: fernandoludwig@ces.uc.pt.

² Ramon Blanco é Doutorando em Política Internacional e Resolução de Conflitos no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra e Pesquisador Associado no mesmo centro. Suas pesquisas são financiadas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) SFRH / BD / 43498 / 2008 e Fundo Social Europeu (FSE). Email: ramon@ces.uc.pt.

1 Introdução

Esforços para a manutenção da paz (peacekeeping), construção da paz (peacebuilding) e construção do Estado (state-building), realizados por diversas entidades internacionais e, em especial, aqueles conduzidos pelas Nações Unidas (ONU), tornaram-se elementos centrais do cenário internacional atual. Na verdade, eles constituem o cerne das políticas internacionais no que diz respeito à paz, desenvolvimento e segurança no nosso tempo. No entanto, isto não foi sempre assim. Na verdade, tal fato só foi possível com o fim da Guerra Fria. Esta é uma consequência direta da transformação da lógica internacional compartilhada com relação à paz – que passou da manutenção de uma paz negativa a uma tentativa de construção de uma paz positiva no cenário internacional.³

O presente trabalho tem como objetivo analisar se a construção da paz dentro do atual sistema internacional pode ser entendida como o desenvolvimento e aprimoramento de um entendimento hegemônico do mundo sendo operacionalizado por meio do exercício de um poder biopolítico sobre as populações pós-conflito. Assim, busca-se explorar a atual construção da paz no cenário internacional a partir das reflexões de Antonio Gramsci e Michel Foucault. O trabalho está dividido da seguinte forma: em primeiro lugar, de modo a haver um melhor entendimento no que toca a operacionalização da paz, foi delineada a forma pela qual a Organização das Nações Unidas tem abordado a paz ao longo do tempo; em segundo e terceiro lugar, pretende-se discutir os instrumentos conceituais tanto gramscianos e foucauldianos que poderiam permitir uma problematização da construção da paz como uma tentativa de promover a hegemonia dos Estados centrais do sistema internacional. Estas seções discutirão, respectivamente, as noções de hegemonia e biopolítica.

2 A Paz no Cenário Internacional

Após a II Guerra Mundial, e durante todo o período da Guerra Fria, a principal atividade da ONU relacionada à paz internacional eram as operações de manutenção da paz, o que normalmente significava o envio de pequenas forças militares destinadas apenas a monitorar um cessar-fogo, ou patrulhar um território neutro entre

ex-combatentes (PARIS; SISK, 2009, p. 4). As operações de manutenção da paz eram geralmente uma força militar que atuava como uma espécie de tampão entre dois Estados (NEWMAN et al, 2009, p. 5). Naquele tempo, as operações manutenção da paz eram vistas como um mero instrumento de “gestão de conflitos, contenção de conflitos ou supressão do conflito, lidando com os seus sintomas, e não se preocupando com uma resolução fundamental” do conflito (RAMSBOTHAM; WOODHOUSE, 2000, p. 5). Na verdade, não havia preocupação com a transformação desses conflitos ou com a abordagem de suas causas profundas. Portanto, este tipo de operações destacadas durante o período da Guerra Fria provou ser muito fraco relativamente à uma real resolução de conflitos violentos (BELLAMY et al, 2010, p. 190).⁴

Na verdade, muitas vezes, este instrumento direcionado à paz encontrava-se enquadrado dentro da rivalidade bipolar da Guerra Fria e era usado para manter a ordem internacional. De fato, as operações de manutenção da paz funcionavam como “um mecanismo de gerenciamento das grandes potências: elas visavam conter os conflitos e os impedir de escalamem, e manter a estabilidade para que uma solução política pudesse ser alcançada entre os Estados” (NEWMAN et al, 2009, p. 6). Uma vez que a ordem internacional e a estabilidade, por um lado, e os conflitos violentos entre Estados, por outro lado, eram percebidos, naquele tempo, como os principais objetivos e desafios, respectivamente, relativamente ao cenário internacional, as operações de manutenção da paz eram geralmente destacadas “para ajudar aos Estados a resolverem pacificamente disputas nas suas relações externas entre si” (NEWMAN et al, 2009, p. 6). Portanto, observando-se as operações de paz destacadas durante este período, “[q]uase todas as grandes operações da Guerra Fria representaram o modelo clássico de gestão de conflitos inter-Estados, e poucas foram destacadas para situações de guerra civil” (NEWMAN et al, 2009, p. 6).

Estas operações são o melhor exemplo do que Alex Bellamy, Paul Williams e Stuart Griffin chamam de “operações tradicionais de manutenção da paz” (2010, p. 173-174). Refletindo sobre as práticas das Nações Uni-

³ Para mais no que toca a paz positiva e negativa, ver (Galtung, 1969).

⁴ Para um delinear mais extensivo relativamente aos desafios e fragilidades deste tipo de operações de paz, ver por exemplo (BELLAMY et al., 2010, p. 190-192; BERCOVITCH; DEAN, 2012, p. 82-83).

das no que toca a paz internacional durante a Guerra Fria, Edward Newman, Roland Paris e Oliver Richmond (2009, p. 6-7) destacam algumas operações de paz que são emblemáticas desse período, por exemplo: a Força de Emergência das Nações Unidas destacada para o Egito, implantada após a Guerra de Suez (1956-1967), o Grupo de Observadores Militares da ONU mobilizados para supervisionar o cessar-fogo entre a Índia e o Paquistão (1949), e a Força de Manutenção da Paz da ONU no Chipre (1964), entre outros.⁵

Foi somente com o fim da Guerra Fria que a natureza das operações de paz foi alterada. No entanto, esta alteração não aconteceu no vácuo. Esta aconteceu dentro do *zeitgeist* internacional que emergiu com o fim da disputa ideológica entre os EUA e a União Soviética. Sem a tensão ideológica da Guerra Fria, e com o adicional do espírito triunfante do Ocidente – talvez mais icônico no “Fim da História” (1992), de Francis Fukuyama – havia pouco debate relativamente a forma que a estrutura interna dos Estados deveria ter. De fato, enquanto Vice-Diretor do Departamento de Estado dos EUA, Fukuyama, foi brutalmente claro ao proclamar o “ponto final da evolução ideológica da humanidade e a universalização da democracia liberal ocidental como forma final de governança humana” (FUKUYAMA, 1989, p. 4). O fim da disputa ideológica trouxe um *zeitgeist* internacional onde a democracia liberal era entendida, por vários atores internacionais, como “o único modelo de governo com ampla legitimidade e apelo ideológico no mundo”⁶ (DIAMOND et al., 1990, p. x). Isto foi claramente evidenciado, por exemplo, por Paris (2004, p. 20), quando o mesmo recorda que, no período de 1990-1996, mais de três dezenas de países começaram a adotar constituições democráticas liberais pela primeira vez. Este fato aumentou o número de democracias liberais no mundo de 76 para 118. Naquela época, havia pouca dúvida de que os Estados deveriam todos se assemelhar à democracias liberais.

Esse raciocínio certamente alcançou, e começou a sustentar, as políticas internacionais voltadas para a paz, especialmente as da ONU. No início da década de 1990, a ONU lançou um importante documento sobre a paz internacional – a Agenda para a Paz (A/47/277). Este do-

cumento rapidamente tornou-se um texto fundamental relativamente à paz internacional no mundo pós-Guerra Fria precisamente porque ali a ONU delineia seus instrumentos direcionados para a construção da paz internacional, e porque é um documento que esclarece a própria visão da ONU no que toca o seu entendimento do que é a paz. Estes instrumentos voltados para a consecução da paz em nível internacional tornaram-se mais densos e profundos a partir deste documento, e permeiam as publicações da ONU sobre a paz internacional desde então.

Os instrumentos estabelecidos pelas Nações Unidas são nomeadamente cinco: prevenção de conflitos, promoção da paz, imposição da paz, manutenção da paz e construção da paz (ONU, 2008, p. 17-18). A prevenção de conflitos é um instrumento que lida essencialmente com “a aplicação de medidas estruturais ou diplomáticas para evitar que tensões e disputas intra-Estados ou inter-Estados escalem e tornem-se conflitos violentos” (ONU, 2008, p. 17); envolve “o uso das missões de ‘bons ofícios’ do Secretário-Geral, do destacar de medidas preventivas ou para construção de confiança” (ONU, 2008, p. 17) baseadas em “alertas estruturados, coleta de informações e uma análise cuidadosa dos fatores que impulsionam o conflito” (ONU, 2008, p. 17).

A promoção da paz, por sua vez, “normalmente inclui medidas para abordar conflitos em andamento e geralmente envolve ação diplomática para trazer as partes hostis a um acordo negociado” (ONU, 2008, p. 17). Além dos ‘bons ofícios’ do Secretário Geral, “os [p]romotores da paz também podem ser enviados especiais, governos, grupos de Estados, organizações regionais ou as Nações Unidas, [...] [realizadas até mesmo por] grupos não-oficiais e não-governamentais, ou por uma personalidade proeminente trabalhando de forma independente” (ONU, 2008, p. 17). O instrumento concebido para a imposição da paz lida com “a aplicação, com a autorização do Conselho de Segurança, de uma série de medidas de coerção, incluindo o uso de força militar [...] [com o objetivo] de restaurar a paz e segurança internacionais” (ONU, 2008, p. 17).

Outro instrumento é a manutenção da paz.⁷ Este instrumento é entendido como “uma técnica desenha-

⁵ Para mais missões desse tipo, ver (NEWMAN et al., 2009, p. 6-7).

⁶ Para ser preciso, Paris (2004, p. 21) lembra que visão de mundo não era universalmente compartilhada.

⁷ As operações de manutenção da paz são um conceito ainda em disputa. Para outras definições do termo, ver por exemplo (BELLAMY et al., 2010; BUTLER, 2009: Capítulo 4; DIEHL, 2008: Capítulo 1; DIEHL et al., 2010; DURCH; BERKMAN, 2006).

da para preservar a paz, embora frágil, quando a luta foi interrompida, e para auxiliar na implementação dos acordos alcançados pelos pacificadores” (ONU, 2008, p. 18). Por fim, a construção da paz⁸ “envolve uma série de medidas direcionadas ao reduzir do risco de cair novamente ou ser recorrente no conflito através do reforço das capacidades nacionais em todos os níveis de gestão de conflitos, e para estabelecer a base para uma paz e um desenvolvimento sustentáveis” (ONU, 2008, p. 18). Destina-se a abordar “as causas profundas e estruturais de um conflito violento” (ONU, 2008, p. 18) concentrando-se no “funcionamento da sociedade e do Estado, procurando aumentar a capacidade do Estado para efetivamente e legitimamente desempenhar as suas funções essenciais” (ONU, 2008, p. 18). Estes instrumentos são projetados para lidar com os conflitos violentos em suas diferentes fases de escalamento. Não obstante, a distinção clara entre cada um desses instrumentos não é algo fácil de se detectar e dizer exatamente onde um instrumento começa e o outro termina é altamente contestado e subjetivo. Na verdade, muitas vezes esses instrumentos se sobrepõem uns aos outros.

3 A Paz das Nações Unidas como Liberalização

A ONU, após a Guerra Fria, entendeu que, a fim de transformar os conflitos violentos intra-estatais, tinha que prestar atenção às necessidades humanas e superar as fontes estruturais de violência (BERCOVITCH; DEAN, 2012, p. 10). A resposta da ONU foi muito clara, já em 1992, na Agenda para a Paz da ONU, quando a organização percebeu que deveria “abordar as causas profundas dos conflitos: o desespero econômico, a injustiça social e a opressão política” (A/47/277). Portanto, as operações de paz da ONU começaram a mudar, tornando as operações de manutenção da paz menos tradicionais e passando a realizar mais atividades relativamente à construção da paz.

No entanto, deve-se lembrar que essa transformação não estava sendo implementada em um vácuo. Um observador atento deve ter em mente que, por um lado, o

período pós-Guerra Fria presenciou as operações de paz destacadas realizando um escopo de atividades *dentro* do ambiente doméstico dos Estados pós-conflito. Por outro lado, não se deve esquecer que essa transformação, no que diz respeito às atividades de operações de paz, ocorreu dentro de um ambiente internacional inserido em um espírito liberal triunfante advindo de um sentimento de vitória ideológica com o fim da Guerra Fria. Tal fato certamente teve uma influência inquestionável nos tipos de atividades realizadas pelas operações de paz e nos resultados esperados dessas atividades. Em tal cenário internacional, onde era experienciada uma atmosfera de forte triunfalismo liberal, era amplamente compartilhado que o liberalismo político e econômico era o caminho para lidar com diversas questões internacionais, desde a pobreza e o subdesenvolvimento, e até aos conflitos violentos.

Nesse ambiente, alcançar a paz em Estados pós-conflito significava operacionalizar o argumento de paz liberal, liberalizando tais Estados. Assim, as esferas política, econômica e social destes Estados deveriam ser profundamente transformadas a fim de tornar tais Estados democracias liberais. Portanto, na esfera política, era perseguida a implantação de regimes democráticos nesses países. Este processo, no entanto, foi sustentado por uma compreensão muito estreita e processual de ‘democracia’. Neste contexto, a democratização dos Estados pós-conflito simplesmente significava a realização periódica de eleições; sendo a primeira eleição realizada geralmente nos primeiros anos de paz formal. No lado econômico, isso significava a construção de uma economia aberta de livre-mercado. Tal objetivo era perseguido através de vários instrumentos que iam desde a redução do papel do Estado na economia até o estímulo do livre fluxo de capitais, assim como através de empréstimos condicionais. Na esfera social, isso significava a busca da construção de uma sociedade liberal. Isto era tentado por meio de práticas que iam desde a promoção dos direitos humanos até o estímulo para a criação de organizações da sociedade civil.

Na verdade, Roland Paris faz uma caracterização do que seria a típica operação de paz durante a década de 90 que vale a pena ser citada de modo mais longo. Para ele, a “fórmula típica para a construção da paz” naquele tempo,

incluía a promoção dos direitos civis e políticos, como o direito à liberdade de expressão e liberdade de imprensa, assim como a liberdade de associação e movimento; a preparação e a administração de eleições democráticas; a ela-

⁸ Para outras definições do termo e diferentes entendimentos sobre a construção da paz por diferentes atores internacionais, inclui dentro da ONU, ver por exemplo (BARNETT et al., 2007; CHETAIL, 2009; GOURLAY, 2009, p. 3-48). Para uma evolução do conceito dentro da ONU, ver por exemplo (UN, 2010, p. 45-49).

boração de constituições nacionais que codificassem direitos civis e políticos; a formação ou o retraining de policiais e oficiais de justiça relativamente a um comportamento apropriado no que toca a funcionários do Estado em uma democracia liberal; a promoção do desenvolvimento de organizações independentes da “sociedade civil” e a transformação de ex-grupos beligerantes em partidos políticos democráticos; o incentivar do desenvolvimento de economias de livre mercado através da eliminação de barreiras ao livre fluxo de capitais e mercadorias dentro e fora das fronteiras de um país; e o estimular do crescimento da iniciativa privada ao mesmo tempo em que reduz-se o papel do Estado na economia. [...] [Na esfera econômica,] [a]largados programas de mercantilização eram geralmente iniciados imediatamente (PARIS, 2004, p. 19).

Além disso, Paris (2004, p. 19; PARIS; SISK, 2009, p. 6) lembra que naquele período, os mandatos das missões, tipicamente, tendiam a ser limitados no tempo. Para ele (PARIS, 2004; PARIS; SISK, 2009), naquele momento, pouca atenção foi direcionada para a construção, ou fortalecimento, das estruturas institucionais dentro dos Estados em questão. Em poucas palavras, pode-se argumentar que o foco principal daquelas missões era a rápida democratização e mercantilização dos Estados pós-conflito (PARIS, 2004, p. 19). Esse raciocínio produziu, na visão de Paris e Sisk (2009, p. 2), vários efeitos desestabilizadores em diferentes países, tais como: as eleições servindo como um elemento catalisador para a renovação do conflito em Angola em 1992; o ressurgimento não só da guerra, mas da ocorrência de um genocídio em Ruanda em 1994; a reversão da democracia para uma forma despótica de governo pelos representantes eleitos no Camboja na década de 90, com Hun Sen, e na Libéria a partir de 1997, com Charles Taylor; a consolidação do poder dos elementos nacionalistas e o aumento do poder daqueles que operam nos mercados negros após os Acordos de Dayton; e a reprodução das fontes de conflito na Nicarágua, El Salvador e Guatemala, para citar alguns.

Todos estes elementos indicavam que as operações de paz precisavam ser repensadas. Curiosamente, ao invés de estimular uma retração deste tipo de engajamentos ou o repensar da base do seu enquadramento normativo, as falhas e limitações das operações de paz no início de 1990 trouxeram a conclusão de que era necessário ser feito mais em termos de prazo, variedade, escopo e profundidade das atividades realizadas. Assim, ao final da década 90 e início dos anos 2000, as operações de paz for-

ram transformadas. A conclusão fundamental tirada por aqueles que trabalhavam com a construção da paz, incluindo a ONU, era de que as operações de paz deveriam ser mais longas e que o foco deveria ser direcionado para a construção de instituições governamentais nos Estados intervencionados (PARIS; SISK, 2009, p. 2). A partir do final da década de 90 em diante, as missões começaram a incorporar tal preocupação e até mesmo aquelas que já estavam no terreno foram reconfiguradas. Ao se observar as missões destacadas em 1999, como por exemplo, Kosovo ou Timor-Leste, pode-se notar claramente que não só os mandatos das missões tornaram-se muito mais extensos, mas também as estruturas institucionais destes Estados passaram a fazer parte das intervenções, na maioria das vezes a parte fundamental das mesmas.

Em nítido contraste com as operações de paz estabelecidas durante a Guerra Fria, as operações de paz do mundo pós-Guerra Fria eram diferentes, tanto no que diz respeito à situação em que eram destacadas quanto às atividades desenvolvidas no terreno. De fato, a maioria das operações de paz autorizadas após a Guerra Fria, especialmente a partir do final da década de 90, foram implementadas

em situações domésticas – após, ou às vezes durante o conflito civil – e envolveram uma combinação de tarefas relacionadas à promoção da segurança doméstica, desenvolvimento e assistência humanitária, e fortalecimento da governança e do Estado de Direito (NEWMAN et al, 2009, p. 7).

Portanto, ao observar as operações de paz implantadas durante o período compreendido entre o final dos anos 90 e início dos anos 2000 em diante, é bastante perceptível que, como consequência direta de mandatos muito mais amplos, as missões começaram a prestar a atenção a um escopo mais amplo de atividades.

De fato, a partir desse momento, seguindo tendências conceituais no que toca o desenvolvimento e segurança internacionais, as operações de paz tornaram-se mais profundas e amplas. Seus mandatos começaram a incluir atividades que incorporavam atividades para além da mera prestação de imediata segurança física, da democratização por meio de eleições, e da mercantilização da economia. A recém reconfiguração das operações de paz incorporaria atividades tais como desarmamento, desmobilização e reintegração de ex-combatentes, atividades no domínio da educação, saúde e serviços básicos, a cria-

ção de instituições, o estabelecimento de instituições judiciais, o funcionamento dos sistemas de administração pública, a criação de partidos políticos, o fortalecimento da capacidade do Estado de prestar serviços à sua população, a própria relação entre o Estado pós-conflito e sua própria população, bem como a promoção de uma sociedade civil (PARIS, 2010). Os casos mais emblemáticos desse tipo de intervenção foram, por exemplo: “Camboja, Angola, Burundi, República Centro-Africana, Libéria, Moçambique, Ruanda, Serra Leoa, Chade, Sudão, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Somália, Kosovo, El Salvador, Guatemala, Haiti, Timor-Leste, Bósnia e Herzegovina, Croácia e Eslovênia Oriental” (NEWMAN et al, 2009, p. 7).

Portanto, ao observar as operações de construção de paz atuais destacadas para ambientes pós-conflito, o que se percebe é que a construção da paz é essencialmente a busca da liberalização dos Estados pós-conflito. Esta liberalização se torna operacional através de uma reestruturação das esferas econômicas, políticas e sociais desses Estados para que os mesmos comecem a funcionar como entidades liberais. No entanto, ao invés de serem esforços de reestruturação neutros ou meramente técnicos, tais práticas podem ser entendidas como a promoção de um entendimento do mundo e de como cada uma dessas esferas deve funcionar internacionalmente. De fato, este é um esforço para promover certos valores por todo o mundo. Não por acaso, o processo de construção da paz em ambientes pós-conflito pode ser perfeitamente entendido como a promoção e manutenção de uma visão hegemônica do mundo que é operacionalizada através do exercício de um poder biopolítico sobre as populações em situações pós-conflito. A fim de entender claramente o funcionamento deste processo, deve-se ter um entendimento mais claro da noção de hegemonia desenvolvida por Antonio Gramsci e da noção de biopolítica avançada por Michel Foucault. É para um maior delineamento de ambas as ideias que este trabalho agora se volta.

4 Gramsci e Hegemonia

Apesar da frequente má utilização do conceito de hegemonia nos dias de hoje, entre acadêmicos, essa noção tornou-se quase sinônimo do filósofo italiano Antonio Gramsci. As obras de Gramsci, e mais tarde de Robert W. Cox e outros (ARRIGHI, 1993; COX, 1983; GILL,

1993; MORTON, 2007; ROBINSON, 2006; SASSOON, 1987; SASSOON, 2000; TAYLOR, 2010), procuraram, em suma, desenvolver uma teoria de hegemonia que tinha como objetivo abordar as lutas nas relações sociais ligadas a um determinado período de tempo, e concomitantemente a formação das classes sociais dominantes.

Apesar da interpretação realista de hegemonia estar baseada no poder de dominação de um Estado sobre outros em relação aos seus recursos materiais (JOSEPH, 2008, p. 111), e no foco dos estruturalistas em uma realidade paralela além dos atores visíveis (estrutura) que impulsiona as relações nacionais e internacionais (através do capitalismo), aqui é compartilhada a visão de Gramsci e dos neo-gramscianos que afirma que a hegemonia envolve um processo complexo, inerente às relações sociais, para explicar a dominação de um grupo sobre o outro. Bock (1986) sugere uma divisão mais profunda na noção de Gramsci, separando-a em três áreas distintas e interligadas: a econômica, da sociedade civil e do Estado.⁹ Contudo, salienta-se que Gramsci, apesar da sua preocupação com a economia, estava mais preocupado com as áreas do Estado e da sociedade civil, (BOCOCK, 1986) e não como as mesmas interagem. Essa divisão tem apenas um propósito analítico, que é entender a complexidade e variabilidade de interpretação de Gramsci no que toca às relações de poder.

De acordo com Bobbio, a principal distinção entre as conceitualizações acerca das relações de poder e das esferas de influência entre Gramsci e Marx está relacionada com a dicotomia entre as relações entre a estrutura e a superestrutura. O conceito de hegemonia de Gramsci assume que a ideologia é mais importante do que a economia, e a sociedade civil (consenso) é mais significativo do que a sociedade política (coerção). O ponto central da hegemonia em Gramsci, portanto, consiste em uma mistura de filosofia e prática da vida política (GRAMSCI, 1971), reformulando, assim, a dualidade da prática política de Maquiavel, tomando-a como sendo a prática da coerção para formular o consentimento (ARRIGHI, 1993; COX,

⁹ Como ele diz: “Três termos principais identificam áreas distintas, mas interconectadas, na formação social que formam a base da conceitualização da hegemonia. Estes três termos [...] são a economia, o Estado, e a sociedade civil. É a ênfase que Gramsci dá ao Estado, ou ao político, e a sociedade civil que distingue seu trabalho de outros escritores Marxistas” (BOCOCK, 1986, p. 33).

1983). De acordo com Texier, no entanto, apresentar as relações de estrutura-superestrutura como sendo uma dicotomia, inerentemente concebendo um dominante, é um equívoco. Ele sugere que existe uma unidade dialética em que cada um pode ser o condicionador ou o condicionado (TEXIER *apud* MOUFFE; SASSOON, 2002) e não, como sugere Bobbio, mutuamente excludentes. Portelli afirma que a originalidade de Gramsci é precisamente superar essa dicotomia com o conceito de bloco histórico; assim, abordar estas questões de primazia imposta seria inútil (PORTELLI, 1977). Contudo, existe uma constante: é no nível de superestrutura que a hegemonia opera.

Assim, para Gramsci, o conceito de sociedade civil é caracterizado por forças sócio-políticas que interagem com suas instituições a fim de formar suas identidades políticas, que se manifestam por meio de instituições privadas, como a religião, escolas, associações, partidos políticos, etc. Desta maneira, a definição de sociedade civil de Gramsci estaria de acordo com a de Murphy, que afirma que a sociedade civil compreende “o espaço político e [as] instituições coletivas nas quais e através das quais os indivíduos formam identidades políticas. [...] É o domínio de associações voluntárias, de normas e práticas que as tornam possíveis, e das identidades coletivas que formam, o domínio onde o “eu” torna-se “nós” (MURPHY *apud* GERMAIN; KENNY, 1998, p. 7). Essa passagem claramente ilustra o quão difícil é identificar certos pontos da formação social para explicar a dominação, poder, e neste caso, o poder de um Estado (hegemonia), dentro do sistema internacional.

Intimamente ligado ao conceito de sociedade civil está o conceito de sociedade política, ou o Estado, que, de acordo com Gramsci, é parte da superestrutura e, é neste nível estatal que a luta da sociedade civil ocorre. Por definição, o Estado acolhe tanto o uso da violência (forças) como das burocracias (sistema legal, educação, serviços públicos, a imprensa, os meios de comunicação, etc) (BOCOCK, 1986). Assim, a hegemonia permitiu a Gramsci ampliar o conceito de Estado, levando a uma formulação mais ampla e complexa que incluiria os principais fundamentos da estrutura política da sociedade civil (COX, 1983, p. 51).

A combinação de todos os níveis da sociedade, por exemplo, a sociedade política, a sociedade civil e a econômica, portanto, formariam o que Gramsci chamou de *blocco storico* ou, como ele mesmo diz, “as estruturas e

superestruturas formam um” bloco histórico “, como ele apontou,

Estruturas e superestruturas formam um ‘bloco histórico’. Isso quer dizer que o conjunto complexo, contraditório e discordante das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção. A partir disso, pode-se concluir: que somente um sistema totalitário de ideologias oferece uma reflexão racional da contradição da estrutura e representa a existência das condições objetivas para a revolução da práxis. Se um grupo social é formado sendo cem por cento homogêneo em um nível de ideologia, isto significa que as premissas existem cem por cento para esse revolucionar; isto é, o ‘racional’ é ativamente e efetivamente real. Esse raciocínio baseia-se na reciprocidade necessária entre estrutura e superestrutura, o que nada mais é do que o processo dialético real (GRAMSCI, 1971, p. 366).

Esta noção de hegemonia deve envolver todos os níveis da sociedade (GRUPPI, 1978), e assim, para que um evento revolucionário aconteça, é fundamental que as sociedades civis e políticas se organizem com o objetivo de substituir a ordem anteriormente imposta. Cox (1983) afirma, no entanto, que “um novo bloco é formado quando uma classe subordinada (por exemplo, os trabalhadores) estabelece sua hegemonia sobre os outros grupos subordinados (por exemplo, os pequenos agricultores, marginais)” (COX, 1983, p. 57). Para um bloco histórico existir, deve haver uma classe social dominante ou hegemônica (COX, 1983) em conjunto com outros agentes, como os partidos políticos, a mídia, a igreja, o sistema educacional, entre outros (SASSOON, 1987). Não obstante a discussão sobre o efetivo poder e influência dos EUA após o fim da Guerra Fria (ARRIGHI, 1993), acredita-se que há um consenso sobre sua potência hegemônica no sistema internacional no momento presente. Seguindo esta linha de pensamento, o pré-requisito acima satisfaz as exigências para a existência de outros contra-movimentos sócio-políticos que de fato, enfrentam este hegemon. Um dos objetivos deste trabalho é avaliar a busca de um ‘bloco histórico transnacional’ representado pelas instituições internacionais, como as Nações Unidas e suas missões de manutenção e construção da paz, como parte de um conceito singular e hierarquizado de paz. A complexidade dessa abordagem depende, de acordo com Gramsci, da proximidade deste conceito com a reorganização da classe social, predominantemente ligada ao nível nacional.

Deste modo, o conceito de hegemonia assenta-se um interesse comum partilhado pelas classes dominan-

tes. Mesmo que Carnevali destaque a inaplicabilidade do conceito gramsciano de bloco histórico para a arena internacional, devido a sua estreita ligação com a classe social (CARNEVALI, 2005, p. 48), é importante ressaltar a importância de uma classe transnacional emergente, com base nos interesses compartilhados. Sob esta concepção, a ‘transnacionalização’ dos blocos históricos iria seguir o curso natural de uma classe transnacional. Em última análise, essa classe transnacional abraçaria a ordem neo-liberal como uma de suas principais premissas, na medida em que um projeto hegemônico levado pela elite seria realizado por certos grupos cujas intenções são refletidas em um alargamento da sua esfera de influência através de uma ordem neo-liberal. Tal ordem seria mantida internacionalmente e expandida para os cenários pós-conflito por meio das práticas e processos levados a cabo pelas operações de paz nestas localidades.

Na teoria de hegemonia de Gramsci encontramos não só a importância da formação de um bloco histórico, mas também a sua influência na (re) ordenação (ou hierarquização) dos estratos de relações sociais. Ao nível estrutural internacional, de acordo com Gramsci, a classe dominante é medida pela capacidade do Estado em expandir seu território, e por seu poder econômico e militar. No entanto, um último elemento indicado por Gramsci é a “posição ideológica” (MEZZARROBA, 2005, p. 18-19).

Finalmente, a dualidade da hegemonia precisa ser avaliada com o objetivo de identificar, teoricamente, os movimentos insurgentes na atual ordem internacional. A fim de abordar este ponto, Joseph apontou a necessidade de distinguir um aspecto mais profundo da hegemonia, reforçada a nível estrutural, e um aspecto mais superficial a respeito da hegemonia, preocupado com projetos e ações (JOSEPH, 2002, p. 128) hegemônicos. No entanto, é preciso que este conceito seja visto não como um objeto estático tangível de análise, mas como um complexo e intrincado fenômeno de relações sociais interdependentes que levam a um conjunto único de interpretações em cada caso estudado. Como Joseph coloca:

A hegemonia estrutural e a hegemonia de superfície são dois aspectos de um processo contínuo. A hegemonia estrutural refere-se à profunda e subjacente condição dentro sociedade e à união da formação social. A hegemonia de superfície refere-se aos projetos hegemônicos reais que surgem dessa situação e representa uma manifestação das condições subjacentes,

mesmo que, com sua própria característica e dinâmica (JOSEPH, 2002, p. 131).

Os conceitos de hegemonia, juntamente com o conceito de bloco histórico (transnacional), poderiam ser traduzidos dentro do campo de Estudos para a Paz. Neste sentido, a configuração atual da paz no sistema internacional defende a promoção de certos valores, ou seja, os liberais-democratas. Ao contrário de ser meramente retórica, a promoção de tais valores pressupõe uma (re)estruturação profunda das esferas fundamentais dos Estados pós-conflito. Mais importante ainda, a mesma pressupõe uma grande quantidade de controle, influência e supervisão de processos cruciais que cercam suas populações, o que é um trabalho biopolítico por excelência. Para uma maior clarificação disto, este trabalho agora se volta para a delimitação do conceito de biopolítica.

5 Biopolítica de Foucault

O filósofo francês Michel Foucault visualiza, a partir da segunda metade do século XVIII em diante, o aparecimento de uma nova tecnologia de poder que opera no pólo oposto ao da disciplina, outra tecnologia de poder visualizada por Foucault. Portanto, existindo em um nível diferente, realizando-se numa escala diferente e fazendo uso de instrumentos diferentes; é uma tecnologia de poder que não exclui as antigas tecnologias. Esta tecnologia é o biopoder.¹⁰ Biopoder, na sua essência, é um poder macro-político. Considerando que a disciplina é exercida sobre o indivíduo, o biopoder é exercido sobre a coletividade, tendo a população como seu alvo (KELLY, 2009, p. 43). Consequentemente, esta é uma tecnologia de poder que não está preocupada com o homem/mulher individualmente, mas com o homem/mulher enquanto seres-vivos (FOUCAULT, [1976] 2003, p. 242).

Em contraste com a disciplina, o biopoder é aplicado “não a um homem-enquanto-corpo mas ao homem vivo, ao homem-enquanto-ser-vivo” (FOUCAULT, [1976] 2003, p. 242). Como resultado, enquanto a disciplina é aplicada a uma multiplicidade de pessoas, porque este todo pode ser dividido em indivíduos que podem ser

¹⁰ Este conceito tem sido desenvolvido de modo diferente por filósofos contemporâneos como por exemplo o Giorgio Agamben (1998), Antonio Negri e Michael Hardt (2000). Para um contraste entre as diferentes conceitualizações, ver (RABINOW; ROSE, 2006).

colocados sob vigilância, séries, hierarquias e, se necessário, serem punidos, o biopoder age exatamente no sentido oposto. O mesmo dirige-se à uma multiplicidade de pessoas, no sentido de que “elas formam uma massa global afetada por características de processos gerais de nascimento, morte, produção, doença, e assim por diante” (FOUCAULT, [1976] 2003, p. 242-243). Portanto, o biopoder é uma tecnologia que não é exercida sobre o corpo individual, como na disciplina, mas é fundamentalmente exercido sobre a vida das populações. Conseqüentemente, ao invés de uma “anátomo-política do corpo humano”, o que é percebido é o surgimento de uma “biopolítica da espécie humana” (FOUCAULT, [1976] 2003, p. 243).

A biopolítica se preocupa com “a gestão dos fenômenos que caracterizam grupos de seres humanos vivos” (RABINOW; ROSE, 2003, p. 6). Portanto, é “uma forma de política que envolve a administração do processo da vida em nível agregado da população” (DUFFIELD, 2007, p. 5). O surgimento de tal poder designa precisamente “o momento no qual os fenômenos complexos da existência humana foram submetidos ao cálculo e ordem do conhecimento e do poder” (SMART, 2002, p. 99). Assim, a biopolítica começa a problematizar um conjunto de fenômenos que ligam a população, o que a torna um todo coerente. Ela problematiza todos os “mecanismos da vida e que servem como base para os processos biológicos” (FOUCAULT, [1976] 1978, p. 139). Em essência, a biopolítica visa a “a gestão e regulação da população, do corpo das espécies e de suas características demográficas” (SMART, 2002, p. 99).

Conseqüentemente, este novo poder regulatório está preocupado essencialmente com “o problema de governar grupos de seres humanos representados na forma de uma população” (DUFFIELD, 2007, p. 6). Como resultado disso, a biopolítica problematiza e racionaliza todo o conjunto de processos que cercam a vida das populações, intervindo em fenômenos como o nascimento, a morte, a produção, as condições de trabalho, nutrição, doenças, fertilidade, saúde, emprego, expectativa de vida, habitação, educação, padrões de vida, entre outros, e em todas as condições que cercam e podem ter uma influência sobre eles (DUFFIELD, 2007, p. 6; FOUCAULT, [1976] 1978, p. 139). Portanto, a biopolítica atua em duas direções, não só no que toca aos processos de apoio à vida em si, mas também relativamente às condições influenciam tais processos, assim como o meio ambiente no qual os

mesmos se desenvolvem (FOUCAULT, [1976] 1978, p. 139). Em última análise, a biopolítica age onde há, e está preocupado com, os “processos que sustentam ou retardam a otimização da vida de uma população” (DEAN, 2010, p. 119).

Isso também torna a essência da biopolítica diferente de prévias tecnologias de poder. Enquanto outras tecnologias de poder, como a disciplina, por exemplo, têm como objetivo final corrigir, a biopolítica tem como alvo os processos de apoio à vida a fim de investir e promover a vida das populações. É um poder preocupado com os fenômenos de suporte à vida cujo objetivo principal não é mais a disciplina, mas sim facilitar e promover a vida, “investir na vida como um todo” (FOUCAULT, [1976] 1978, p. 139). Seu objetivo final é melhorar a qualidade de vida e suas condições. Assim, o seu objectivo não é o de corrigir o indivíduo, mas sim intervir no nível da generalidade dos fenômenos de apoio à vida da população, a fim de melhorá-la.

Neste sentido, a biopolítica pode ser caracterizada como um poder que tem como objetivo *melhorar* a vida, um poder que quer “fomentar a vida ou impedi-la a ponto de matar” (FOUCAULT, [1976] 1978, p. 138). Portanto, a biopolítica é, fundamentalmente, um poder que procura exercer influência e “controle sobre as relações entre a raça humana [...] e seu ambiente, o meio em que vivem” (FOUCAULT, [1976] 2003, p. 245). Na verdade, é precisamente através do exercício do poder sobre os processos de apoio à vida das populações que a biopolítica procura controlar processos do ‘homem-enquanto- -ser-vivo, para que, como resultado, o seu objectivo essencial possa ser alcançado – a gestão e regularização da vida da população (FOUCAULT, [1976] 2003, p. 247).

Para intervir deste modo, e para conseguir tal objetivo, a biopolítica faz uso de um conjunto de instrumentos, mecanismos, técnicas e instituições que podem diferir de disciplina. A fim de intervir no processo de apoio à vida e seu ambiente, isto acontece por meio da implementação de um conjunto de instrumentos e instituições que garantam a melhoria dos processos vitais da população. Enquanto a disciplina só é possível “graças a todo um sistema de vigilância, hierarquias, inspeções, anotações e relatórios” (FOUCAULT, [1976] 2003, p. 242), a biopolítica torna-se operacional tanto através da instalação de mecanismos de segurança em torno dos elementos aleatórios em que a população está inserida, quanto

da implementação de aparatos de segurança que visam a otimização da vida. Convencionalmente, mecanismos e aparatos de segurança poderiam ser câmeras, alarmes, exércitos, polícias e serviços de inteligência. No entanto, para Foucault, eles cobrem “todas as práticas e instituições que asseguram o funcionamento ideal e adequado dos processos econômicos, vitais e sociais que são encontrados dentro da população e portanto também incluem os sistemas de saúde, bem-estar educação,” (DEAN, 2010, p. 29). Portanto, por um lado, no que diz respeito aos instrumentos, a biopolítica emprega, por exemplo, “previões, estimativas estatísticas e medidas gerais” e “técnicas de vigilância em massa, como o censo, e de controle de massa, tais como as campanhas de saúde” (KELLY, 2009, p. 43). Por outro lado, no que diz respeito às instituições, a biopolítica torna-se operacional, por exemplo, por meio da implementação de, por exemplo, sistemas de saúde, educação, assistência social, emprego ou comida (DEAN, 2010, p. 29).

Como o objetivo é intervir ao nível da generalidade dos fenômenos, além desses instrumentos e instituições, a biopolítica faz também uso da noção de *média*. É por meio do estabelecimento de médias e *metas* que a biopolítica procura manter um equilíbrio que compense os possíveis desvios e, portanto, exerce o seu poder. Afinal de contas, é somente após o estabelecimento de médias e metas que uma pessoa pode pensar que “a taxa de mortalidade precisa ser modificada ou reduzida; a expectativa de vida precisa ser aumentada; [ou] a taxa de natalidade precisa ser estimulada” (FOUCAULT, [1976] 2003, p. 246). É somente após o processo de estabelecimento de metas que os processos de apoio à vida podem ser moldados e, como conseqüência, um poder sobre a vida da população pode ser exercido.

É por meio do processo de estabelecimento de metas e médias durante os vários e distintos processos de apoio à vida da população que a biopolítica assume o controle dos processos vitais do ‘homem-enquanto-espécie’. Como resultado, a vida pode ser promovida e, conseqüentemente, gerenciada, assim, a vida acaba sendo regularizada (FOUCAULT, [1976] 2003, p. 247) e, principalmente, normalizada. Neste ponto, a ‘norma’ também desempenha um papel fundamental, uma vez que a mesma circula entre a disciplina e a biopolítica. É à luz

da ‘norma’ que a disciplina e biopolítica operam. Como Foucault lembra, “[a] norma é algo que pode ser aplicada tanto a um corpo que alguém deseja disciplinar como à uma população que alguém deseja regularizar” (FOUCAULT, [1976] 2003, p. 253). No caso do sistema internacional, nomeadamente na esfera da construção da paz, essa norma prende-se com o entendimento hegemônico relativamente à organização política, econômica e social dos Estados. Essa norma prende-se com o entendimento hegemônico de que os Estados no sistema internacional devem ser, ou parecer, democracias liberais.

Notas Finais

Este artigo visa lançar alguns pontos relacionados à possibilidade de combinar ambas as ferramentas conceituais para analisar a construção da paz no cenário internacional. Partindo de desenvolvimentos teóricos desenvolvidos por Antonio Gramsci e Michel Foucault, é perfeitamente possível reproblematicar os atuais esforços de construção da paz como tentativas que, ao invés de serem direcionadas a uma reconstrução adequada dos Estados pós-conflito e para capacitar suas populações, procuram promover uma certa visão do mundo. É bastante possível entender tais práticas como mais um instrumento de promoção de uma determinada gama de valores pelo mundo. Portanto, a construção da paz pode ser enquadrada como um instrumento de promoção e manutenção da hegemonia em todo o mundo, o que é operacionalizada por meio do exercício da biopolítica sobre as populações pós-conflito, o que é realizado por meio da reestruturação das esferas econômicas, políticas e sociais nos Estados pós-conflito.

Assim, a atual configuração do sistema internacional no que toca a paz apoia-se na construção de um conceito de paz, operacionalizado pelos instrumentos das Nações Unidas (operações de construção e manutenção da paz), que visa manter uma ordem internacional liberal. Assim, pode-se dizer que ambas as abordagens, a Gramsciana e a Foucauldiana, são propensas a entender como tais missões são importantes para a obtenção de um certo grau de consenso entre seus Estados membros (hegemonia), sendo operando por práticas da ONU (biopolítica) na periferia do sistema internacional.

Referências

- AN AGENDA For Peace: A/47/277 - S/24111. 17. Jun. 1992. Disponível em: <http://Daccess-Dds-Ny.Un.Org/Doc/Undoc/Gen/N92/259 /61/Pdf/N9225961.Pdf?OpenElement> Acesso em: 10 nov. 2008.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: sovereign power and bare life*. Stanford: Stanford University Press, 1998.
- ARRIGHI, Giovanni. “The three hegemonies of historical capitalism”. In: GILL, Stephen (Ed.). *Gramsci, historical materialism and international relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 149-185.
- BARNETT, Michael et al.. “Peacebuilding: what is in a name?”. *Global Governance*, v. 13, n. 1, p. 35 - 58, 2007.
- BELLAMY, Alex J. et al. *Understanding peacekeeping*. Cambridge: Polity Press, 2010.
- BERCOVITCH, Jacob; DEAN, Richard *Conflict Resolution In The Twenty-First Century: principles, methods, and approaches*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2012.
- BOCOCK, Robert. *Hegemony*. London: Tavistock Publications, 1986.
- BUTLER, Michael J. *International conflict management*. Abingdon: Routledge, 2009.
- CARNEVALI, Giorgio. “A Teoria Política Internacional em Gramsci”. In: MEZZAROBBA, Orides (Ed.) *Gramsci: Estado e relações internacionais*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005. p. 27-78.
- CHETAIL, Vincent. “Post-Conflict Peacebuilding: ambiguity and identity”. In: CHETAIL, Vincent (Ed.) *Post-Conflict Peacebuilding: a lexicon*. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 1-33.
- COX, Robert. “Gramsci, Hegemony and International Relations: an essay in method”. *Millennium: Journal Of International Studies*, v. 12, n. 2, p. 162-175, 1983.
- DEAN, Mitchell. *Governmentality: power and rule in modern society*. London: Sage Publications, 2010.
- DIAMOND, Larry et al (Ed.). *Politics in developing countries: comparing experiences with democracy*. Boulder: Lynne Rienner, 1990.
- DIEHL, Paul F. *Peace Operations*. Cambridge: Polity Press, 2008.
- DIEHL, Paul F. et al. Peacekeeping In: YOUNG, Nigel J. (Ed.) *The Oxford International Encyclopedia Of Peace*. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 386-406.
- DUFFIELD, Mark. *Development, Security And Unending War: governing the world of peoples*. Cambridge: Polity Press, 2007.
- DURCH, William J.; BERKMAN, Tobias C. Restoring And Maintaining Peace: what we know so far. In: DURCH, William J. (Ed.) *Twenty-First-Century Peace Operations*. Washington: United States Institute of Peace and The Henry L. Stimson Center, 2006. p.1-48.
- FOUCAULT, Michel. *The History of sexuality: an introduction*. New York: Pantheon Books, 1976,1978.
- FOUCAULT, Michel. *Society must be defended*. New York: Picador, 1976, 2003.
- FUKUYAMA, Francis. The end of history? *National Interest*, v. 16, summer, p. 3-18, 1989.
- FUKUYAMA, Francis. *The end of history and the last man*. New York: Free Press, 1992.
- GALTUNG, Johan. “Violence, peace, and peach research”. *Journal Of Peace Research*, v. 6, p.167-191, 1969.
- GALTUNG, Johan Three approaches to peace: peacekeeping, peacemaking and peacebuilding. In: GALTUNG, Johan (Ed.) *Peace, war and defence: essays in peace research* Copenhagen: Christian Ejlers, 1976. v.2, p.282-304.
- GERMAIN, Randall; KENNY, Michael. Engaging Gramsci: international relations theory and the new gramscians. *Review Of International Studies*, v. 24, p. 3-21, 1998.
- GILL, Stephen (Ed.). *Gramsci, historical materialism and international relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- GOURLAY, Catriona. *Eu-Un cooperation in peacebuilding: partners in practice?*. New York And Geneva: United Nations Publications, 2009.
- GRAMSCI, Antonio. *Selections from the prison notebooks*. New York: International Publisher
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em gramsci*. Rio De Janeiro: Edições Graal, 1978.
- JOSEPH, Jonathan. *Hegemony: a realist analysis*. London: Routledge, 2002.
- JOSEPH, Jonathan. “Hegemony and the structure-agency problem in international relations: a scientific realist contribution”. *Review Of International Studies*, v. 34, p. 109-128, 2008.

KELLY, Mark G. E. *The Political Philosophy of Michel Foucault*. New York: Routledge, 2009.

MEZZARROBA, Orides. Gramsci e hegemonia. In: MEZZARROBA, Orides (Ed.) *Gramsci: Estado e relações internacionais*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005. p.7-26.

MORTON, Adam David *Unravelling Gramsci: hegemony and passive revolution in the global political economy*. London Pluto Press, 2007.

MOUFFE, Chantal; SASSOON, Anne S. Gramsci In France And Italy: A Review Of The Literature. In: Martin, James (Ed.). *Antonio Gramsci: critical assessments of leading political philosophers*. London: Routledge, 2002. p. 81-115.

NEGRI, Antonio; Hardt, Michael *Empire*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

NEWMAN, Edward et al.. Introduction. In: NEWMAN, Edward et al. (Ed.). *New perspectives on liberal peacebuilding*. Tokyo, New York, Paris: United Nations University Press, 2009. p. 3-25.

PARIS, Roland. *At War's End: building peace after civil conflict*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

PARIS, Roland . Saving Liberal Peacebuilding. *Review of International Studies*, v. 36, n. 2, p. 337 - 365, 2010.

PARIS, Roland; SISK, Timothy. Introduction: understanding the contradictions of postwar statebuilding. In: PARIS, Roland, et al. (Ed.). *The dilemmas of statebuilding: confronting the contradictions of postwar peace operations*. New York: Routledge, 2009. p. 1-20.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio De Janeiro: Paz E Terra, 1977.

RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. Introduction - Foucault Today. In: RABINOW, Paul et al. (Ed.). *The essential Foucault: selection from the essential works of Foucault*. New York: New Press, 2003. p. 1954-1984.

RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. Biopower Today. *Biosocietie*, v. 1, n. 2, p.195-217, 2006.

RAMSBOTHAM, Oliver; WOODHOUSE, Tom Introduction. *International Peacekeeping*, v. 7, n. 1, p.1-7, 2000.

ROBINSON, William I. Gramsci and Globalisation: from nation-state to transnational hegemony. In: BIELER, Andreas et al. (Ed.). *Images of Gramsci: connections and contentions in political theory and international relations*. London: Routledge, 2006. p. 165 - 180.

SASSOON, Anne S. *Gramsci's politics*. London: Hutchinson, 1987.

SASSOON, Anne Showstack. *Gramsci and contemporary politics: beyond pessimism of the intellect*. London Routledge, 2000.

SMART, Barry .*Key sociologists: Michel Foucault*. New York: Routledge, 2002.

TAYLOR, Ian. Liberal Peace, Liberal Imperialism: a Gramscian critique” In RICHMOND, Oliver P. (Ed.) *Palgrave advances in peacebuilding: critical developments and approaches*. London: Palgrave, 2010. p. 154-174.

UNITED NATIONS. Un Peacebuilding: an orientation. sep./ 2010. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacebuilding/pbso/pdf/peacebuilding_orientation.pdf> Acesso em: 16 maio 2012.

UNITED NATIONS. Peacekeeping Department. United Nations : peacekeeping operations principles and guidelines. Disponível em: <http://pbpu.unlb.org/pbps/library/capstone_doctrine_eng.pdf> Acesso em: 04 maio 2009. DOI: 10.5102/uri.V11.i2.2533